

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Tatiane Fróes Queiroz¹
Fabiana Zanelato Bertolde²

Educação Ambiental (Artes e Meio Ambiente)

Resumo

A abordagem da Educação Ambiental (EA) na Educação Profissional deve ancorar práticas e reflexões no sentido da interdisciplinaridade e transversalidade. O objetivo proposto nesse estudo foi de compreender a percepção dos professores sobre EA do curso técnico em administração de um Centro de Educação Profissional da rede estadual em Salvador. A metodologia utilizada para obter os dados foi à aplicação de questionário semi- estruturado e sua posterior análise embasada teoricamente. Os principais resultados apontam que o conhecimento demonstrado pelos professores sobre a temática é incipiente, indicativo que se faz necessário incentivar a formação continuada sobre EA para fomentar suas práticas pedagógicas. Além disso, o trabalho com a temática EA deve ser embasado legalmente conforme as diretrizes e leis, federais, estaduais e municipais. Portanto, faz-se necessária a organização do planejamento com vistas a contemplar a EA de maneira transversal e interdisciplinar, inserido no projeto político e pedagógico, com projetos e ações permanentes e contínuas.

¹ Prof. Me Tatiane Fróes Queiroz, – Instituto Federal da Bahia, campus Salvador, taty.froes@yahoo.com.br.

² Profª. Drª. Fabiana Zanelato Bertolde, Instituto Federal da Bahia, campus Eunápolis, fabianabertolde@ifba.edu.br.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9.795/99) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), deve ser trabalhada na educação profissional com abordagem transversal e interdisciplinar no que se refere aos conteúdos educacionais.

Seguindo o mesmo preceito, as orientações oficiais para a rede estadual da Bahia indicam que a EA seja inserida como um eixo estruturante no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, tornando parte do currículo de maneira permanente e continuada (ProEASE, 2010).

Esta “forma continuada” pode ser entendida como “a prática reflexiva implicada na vida cotidiana, nos saberes e fazeres das experiências históricas, coletivas e singulares e nas condições determinantes da sociedade que condicionam a realidade social” (MOLON, 2009, p.165).

Nesse sentido, a abordagem da EA na educação profissional deve preconizar a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais fomentando uma reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente considerando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (BAHIA, 2011).

Objetiva-se com esse trabalho compreender a percepção de docentes do curso técnico de Administração em Centro de Educação Profissional da rede estadual em Salvador, no que tange a EA.

METODOLOGIA

Os dados aqui contidos e analisados foram obtidos durante a pesquisa de mestrado intitulada: Abordagem da educação ambiental no curso técnico em administração em centro de educação profissional do estado da Bahia.

Para o levantamento dos dados foi utilizada a aplicação de questionários semi-estruturados com questões abertas e fechadas, enquanto “instrumento de coleta de dados de uma série de perguntas a serem respondidas por escrito” (MARCONI e LAKATOS, 1999).

O universo da aplicação foram 20 professores que atuam em no curso técnico em

administração, no centro de educação profissional Severino Vieira, Salvador, Bahia. Após a coleta, os dados foram organizados e analisados, tendo por base material teórico da área de conhecimento da pesquisa. Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do IFBA e está registrado com o número do Parecer: 3.298.880.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à percepção dos educadores do curso técnico em administração sobre a EA verificou-se que 68,4% dos docentes relataram conhecer pouco o tema Educação Ambiental. Isso demonstra a necessidade de aproximar as discussões sobre EA dos ambientes escolares e incentivar a formação docente continuada, levando a apropriação do conhecimento, e com isso aumentando a possibilidade de inclusão da temática EA e sua prática interdisciplinar nos projetos e nos planejamentos pedagógicos.

Quanto ao desenvolvimento de atividades didáticas que contemplem à educação ambiental, 58% dos docentes responderam que realizam. Contudo, ao responderem a pergunta sobre o nível de conhecimento acerca da EA, 68,4% admitiram conhecer pouco, enquanto 31,6% afirmou conhecer bem. Com isso, podemos compreender que, apesar de admitirem pouco conhecimento, os docentes utilizam em suas atividades temáticas da EA. De acordo com Tolares (2013) a temática ambiental, como uma dimensão do currículo se fez presente de forma natural, explícita ou implícita, no fazer escolar não estando fora do cotidiano dos docentes e sua ação pedagógica.

De acordo com os professores que afirmaram não utilizar a abordagem da temática EA em seus planejamentos pedagógicos, a explicação para isso seria porque a EA não é mencionada de forma específica no currículo. Tal fato implica na necessidade de fomentar o pensamento no sentido da interdisciplinaridade. Faz-se necessária que a EA faça parte do Plano de Curso bem como, dos componentes curriculares já constantes do currículo mediante a transversalidade.

Conforme Cascino (2007), o processo interdisciplinar não se trata do simples

cruzamento de “coisas” parecidas, ao contrário, é preciso construir diálogos fundamentados na diferença. Ainda de acordo com o mesmo autor o pensar interdisciplinar requer uma postura pesquisadora. Isso recai sobre a necessidade de trazer para a escola processos que propiciem o incentivo ao trabalho interdisciplinar e transversal necessário para os estudos da EA.

Conforme Carvalho (2001) a transversalidade parte do consenso de que a temática ambiental deveria atravessar todas as áreas do conhecimento que fazem parte do núcleo do ensino formal e deve se vista como um fenômeno complexo a ser compreendido de maneira integrada e sistêmica.

Os professores afirmaram ser importante o estudo da EA na educação profissional, contemplando a transversalidade. No entanto, em se tratando de planejamento pedagógico: 45% respondeu que seu planejamento didático não é elaborado numa perspectiva transversal. Enquanto que 50% afirmaram existir de modo sistematizado e 5% de modo não sistematizado.

Ao perguntar sobre o nível de conhecimento dos participantes sobre as Leis e Programas de EA, em âmbito nacional e estadual, observou-se que a maioria conhece pouco, e uma parcela declarou nunca ter ouvido falar (Figura1).

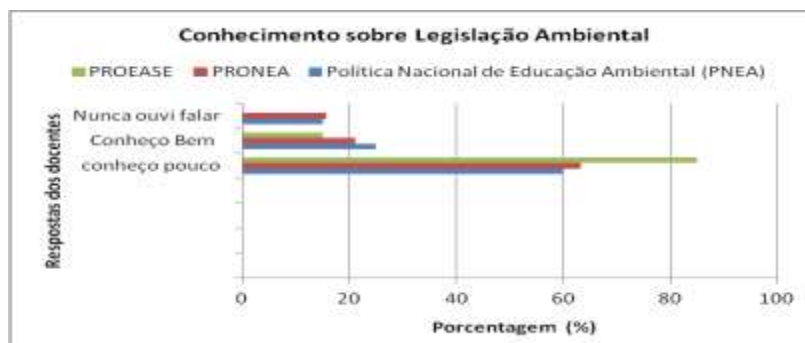


Figura 1. Nível de conhecimento dos docentes do curso técnico em administração sobre as leis e programas da EA.

Esse resultado evidencia a necessidade de difusão e discussão dessas leis e programas para que possam ser apropriadas e trabalhadas nos planejamentos e ações educativas.

Foi questionado aos professores se a temática Educação Ambiental fazia parte do

PPP da Unidade escolar. Verificou-se que 5% dos entrevistados afirmaram que não constava no PPP, 45% desconheciam e 50% que sim. Esse resultado demonstra que a metade dos docentes entrevistados desconhece o PPP da Unidade Escolar uma vez que não foi possível identificar no mesmo termos e referências diretas à temática EA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise feita através dos dados obtidos com a aplicação dos questionários foi possível verificar uma necessidade de trabalhar a Educação Ambiental embasada legalmente para conhecimento do tema de forma ampla, contemplando as diretrizes e Leis. Para tal, a formação continuada de professores é imperativa.

Ficou perceptível a partir da análise dos dados, que se faz necessário abordar a temática de maneira planejada entre as disciplinas, contemplando dessa maneira a transversalidade e interdisciplinaridade propostas pela EA.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Lei n. 12.056, de jan. 2011. **Política Estadual de Educação Ambiental**. Governo do Estado da Bahia. SEMA, Salvador, 2011.
- BAHIA, Secretaria da educação. **Programa de educação ambiental do sistema educacional da Bahia**. ProEASE / Secretaria de educação do estado da Bahia. 2ª edição-Salvador SEC.2015.
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a política Nacional de educação ambiental**. Brasília, DF, 1999.
- BRASIL. ProNEA - **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, DF, 2005.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental**. Tese de Doutorado UFRGS. Porto Alegre. 2001.
- CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores** 4ªed. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2007.
- MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2003.
- MOLON, Inês Suzana. **Contribuições de Vygotsky na formação de educadores ambientais**. In. Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. Carlos Frederico Loureiro, Philippe, Pomier Layrargues. Ronaldo Souza de Castro(orgs.) São Paulo; Cortez, 2009.
- TOLARES, Marília Andrade. **A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político-ideológico**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. especial, março de 2013.